

FESTEJOS DO PROGRESSO: O IMPÉRIO BRASILEIRO E A COLÔNIA BLUMENAU NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS (1860-1883)¹

MARIANA LUIZA DE OLIVEIRA *

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A atual pesquisa tem como objeto a Colônia Blumenau, fundada oficialmente em 1850 por Hermann Bruno Otto Blumenau (1819 – 1899), imigrado da Alemanha para dar início a uma colonização particular bastante modesta na Província de Santa Catarina, no sul do Brasil. No período em questão – 1860 a 1883 – ou seja, dez anos após a fundação, a Colônia se torna responsabilidade do Império brasileiro, e seu desenvolvimento se dá de forma gradual, no entanto, a história oficiosa da atual cidade de Blumenau retrata este período como uma história de desenvolvimento acima da média e de grande progresso.

Esta pesquisa caminha no sentido de refletir sobre as construções da história da Colônia Blumenau e buscar em fontes, escritas há tempos, novas discussões, porque “tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra” (PESAVENTO, 2005. p. 16), isto é, entender que diferentes abordagens históricas podem desencadear distintos rumos para a história. Naquele momento, parte da história da política imigrantista do governo Imperial brasileiro foi marcada pelas participações do Brasil nas Exposições Universais, eventos internacionais pelos quais as diversas nações eram convidadas a se expor, apresentado ou representando o que havia em seu território – dentre os representantes da nação brasileira estava a Colônia Blumenau.

Dentro desta perspectiva busca-se analisar as representações da Colônia Blumenau que foram construídas para legitimar uma história desenvolvimentista e de progresso; e também verificar como as participações da Colônia Blumenau em Exposições Nacionais e Universais reafirmavam o discurso desenvolvimentista da Colônia Blumenau.

A proposta de análise está pautada em uma abordagem que privilegia a cultura, com base na análise das representações, aqui entendidas como uma construção dos seres

¹ Artigo derivado da monografia intitulada “A Construção da Ordem na Colônia Blumenau: novas representações e sujeitos para uma antiga colônia”, apresentada pela autora no formato de monografia, sob a orientação da Prof.^a Ms. Cristina Ferreira.

* Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Regional de Blumenau (FURB).

humanos sobre o mundo e a sociedade em que vivem. As representações engendradas por estes mesmos sujeitos não têm o compromisso de expressar fidelidade com a realidade, por isso, tornam-se elementos de grande valia para a análise historiográfica. A proposta é no sentido de dar uma abertura de perspectivas para a história colonial de Blumenau. Apesar de se ter em consideração que não será possível encontrar uma verdade sobre tal período, nem mesmo esgotar aqui o tema estudado.

2 O TEATRO BRANCO DO IMPÉRIO: AOS ESCRAVOS OS BASTIDORES, AOS IMIGRANTES O CAMAROTE

A conjuntura em que se encontrava a composição racial do Brasil em meados do século XIX era motivo de inquietação para o Império brasileiro. A constante importação de escravos fazia com que a população brasileira contasse, cada vez mais, com um maior percentual de negros e mulatos, e o Império – conhecedor das teorias raciais oitocentistas - começava a mostrar-se receoso com o equilíbrio racial no Brasil, pois a ciência da época “[...] via no Brasil um *modelo de falta e atraso* em função de sua composição étnica e racial” (CARVALHO, 1996, p. 295).

O Império brasileiro redobrava sua preocupação quando se deparava com as estatísticas da época que previam a ampliação da população majoritariamente negra e mestiça, caso o sistema escravista continuasse em vigor. Os índices que configuravam a população brasileira demonstravam o motivo da apreensão, como por exemplo, “[...] a cidade do Rio de Janeiro contar com 41% de escravos em 1849 [...]” (CARVALHO, 1996, p. 301).

Tamanha preocupação, fundamentada nas teorias raciais, também foi expressa nos escritos de José Deeke, memorialista blumenauense, que apresentava suas estatísticas sobre a década de 1840 no qual “o Brasil contava, entre seus cinco milhões de habitantes, com nada menos do que dois milhões de escravos negros!” (DEEKE, 1995, p. 29). Assim, percebe-se que Deeke compartilhava com as idéias do século XIX, demonstrando preocupação com a predominância negra na sociedade brasileira, a ponto de afirmar que “[...] o tráfico de escravos assumiu tamanho vulto que o elemento negro se tornaria predominante se a escravidão continuasse por mais tempo” (DEEKE, 1995, p. 29). Ao mesmo tempo, é notável no discurso de Deeke a afirmação dos elementos germânicos, “cedo se verificou que o alemão estava aprovado como colono, razão por

que houve esforço maior para ampliar a quantidade desses imigrantes” (DEEKE, 1995, p. 30).

As teorias raciais corroboravam uma espécie de necessidade do Brasil em se configurar como um país progressista e “civilizado”, ficando a cargo do imigrante branco e europeu a responsabilidade para composição e “transformação” da população brasileira. Isto é, o racismo do século XIX motivou a imigração europeia para o Brasil, sendo esta a solução racial encontrada pelo governo imperial, no sentido de garantir os atores sociais brancos para o seu teatro desenvolvimentista nacional e internacional.

Neste mesmo período de conscientização do governo brasileiro da necessidade de adequar-se aos *modelos universais* vigentes, o alemão Hermann Blumenau² apresentou seu projeto de colonização para as terras no sul do Brasil, trazendo nesta proposta termos tão ambicionados pelo Império, como por exemplo “por meio da introdução de emigrados alemães” dar-se-á o “estabelecimento de colônias agrícolas e industriais” (BLUMENAU, 1848, p.02). A garantia do projeto - de Dr. Blumenau ao governo brasileiro - da entrada de indivíduos brancos no país estava totalmente de acordo com a conjuntura política e racial do Império daquele momento, afinal “o projeto de Hermann Blumenau e Ferdinand Hackradt interessou ao Império, entre outros fatores, justamente por trazer ao país imigrantes germânicos” (FROTSCHER, 1998, p. 127).

De acordo com essa conjuntura, o imigrante era considerado como portador da “raça branca, enquanto detentora de superioridade, [que] tornaria a sociedade brasileira mais clara, ocasionando o estrangulamento das raças inferiores” (FERREIRA; KOEPEL, 2008. p. 22). Nesse aspecto pautava-se no conceito de raça para qualificar hierarquicamente a sociedade, e dentro desta perspectiva o Brasil almejava branquear sua população.

Para promover este fluxo migratório da raça branca era imprescindível o Brasil demonstrar no exterior que era um país apropriado para a imigração, despertar nos europeus interesses diversos pelo território brasileiro, pois estes representavam tanto a mão-de-obra desejada pela política imperial, como também o elemento dito superior e civilizado. Enfim, a situação imigrantista “para o Brasil, com seu *monarca-cidadão*,

² Hermann Bruno Otto Blumenau (1819 – 1899) nasceu em Hasselfelde, Alemanha, mas imigrou para o Brasil em 1850, dando início a uma colônia, que recebeu seu sobrenome, na Região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

entediado do poder, significava uma boa ocasião para que a imagem externa do país se impusesse e nos redimisse da marca da escravidão e da própria monarquia” (SCHWARCZ, 1998. p. 398). Era a tentativa estratégica de colocar o Brasil no rol das sociedades a caminho do progresso.

Apesar disto, durante grande parte do processo de imigração para o Brasil, a mão-de-obra escrava continuava a ser utilizada e autorizada pelo Império, no entanto, aos escravos cabiam apenas os bastidores, pois não era aconselhável demonstrar ao mundo a cor dos braços que trabalhavam no Brasil.

3 EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS: A CELEBRAÇÃO DO PROGRESSO

O segundo reinado no Brasil é marcado pela construção da imagem representativa de Dom Pedro II, que “[...] iniciava sua vida cívica envolto de um suntuoso teatro, o da precoce maturidade” (SCHWARCZ, 1998. p. 71), pois os quinze anos do menino imperador deveriam ficar ocultados por baixo do manto volumoso que o cobria, da coroa pesada que ele ostentava, e de toda a ornamentação simbólica que o fazia ser o *grande imperador*. Todavia, três anos antes da sagração da Majestade Imperial, ou seja, em 1838, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico no Rio de Janeiro, cuja responsabilidade era elaborar a história oficial do Brasil e propagá-la internamente pelo país, iniciando, assim, a construção da imagem positivada do monarca brasileiro e do seu governo.

Tamanha foi à produção da história enaltecida dos Bragança e da sua política imperial, que Lilia Moritz Schwarcz optou em denominar o Instituto de “guardião da história oficial” (SCHWARCZ, 1993. p.99), afinal para esta agremiação “fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação” (SCHWARCZ, 1993, p.104). No entanto, a extensão desta produção histórica oficiosa ficava limitada ao interior do país, acarretando a falta de um meio que permitisse aos construtores da imagem do Brasil apresentar-se no exterior, fora de suas fronteiras territoriais.

O Brasil somente aguardava uma oportunidade para exteriorizar a sua história oficial e suas representações criadas. Oportunamente, na metade do século XIX, surgiram na Europa as Exposições Universais, utilizadas pela política imperial brasileira para ganhar certo espaço perante as outras nações. A intenção não era reforçar as características de sociedade escravista e agrária do Brasil, pelo contrário, era importante demonstrar uma tentativa de cultivo do progresso e da civilização. Enfim, havia um

esforço do governo imperial de chamar para si as características positivistas da época, de compreender-se enquanto um país moderno, semelhante àqueles que abrigavam tais exposições.

As caracterizações de modernidade e progresso encontradas na Europa oitocentista estavam relacionadas com as conseqüências da Revolução Industrial, que teve como ponto de partida a Grã-Bretanha. Uma das principais mudanças nesse momento era o enriquecimento, como é o caso de Londres, aonde “[...] as classes ricas acumulavam renda tão rapidamente e em tão grandes quantidades que excediam todas as possibilidades disponíveis de gasto e investimento [...]” (HOBSBAWM, 1977, p.63). Assim, a “oficina do mundo” – modo como Hobsbawm (1977, p.69) designa a Inglaterra - resolveu bancar a transformação das Exposições Nacionais em um evento Universal, no ano de 1851.

O Brasil somente começou a participar do evento a partir da terceira mostra universal, que se deu em Londres no ano de 1862. As Exposições Universais eram um palco de amplitude mundial, no qual as nações criavam imagens representativas para demonstrar seu estado de desenvolvimento social, racial e industrial. Em vista disto, o Brasil iniciou novas solenidades no país, a preparação para as Exposições Universais ocorria por meio de exposições internas. No total “[...] foram promovidas seis exposições nacionais de 1861 a 1888. Estas serviam como preparatórias e classificatórias para a escolha dos representantes brasileiros nas edições internacionais” (KLUG; SANTOS, 2003, p.90). E todo o cuidado era necessário, afinal, era através desta seleção que seria construída a imagem do Brasil que mais convinha ao Império.

A primeira “[...] Exposição Nacional teve início em 2 de dezembro de 1861, encerrando-se a 16 de janeiro de 1862” (PESAVENTO, 2005, p.100), e contou com uma participação intensa de Dom Pedro II, que “[...] investe privadamente na elaboração do estande brasileiro, toma parte nas mostras nacionais, ajuda na seleção de produtos a serem expostos e entrega pessoalmente os prêmios aos produtores com eles agraciados” (SCHWARCZ, 1998, p. 394). Entre os que foram premiados encontra-se a Colônia Blumenau, que recebeu um certificado dirigido à pessoa de Hermann Blumenau, datado de 14 de março de 1862:

O Júri Geral da Exposição Nacional, inaugurada na Corte do Rio de Janeiro em 2 de Dezembro de 1861, conferiu ao Sr. Doutor Hermann Blumenau (de Sta. Catarina) uma menção honrosa como sinal do apreço

que lhe mereceu o objeto exposto pelo mesmo Sr. (EXPOSIÇÃO NACIONAL BRASIL IMPÉRIO, 1862, p.01).

Apesar da alusão ao Dr. Blumenau como indivíduo premiado na Exposição Nacional, a Colônia, indiretamente, ganhava maior visibilidade no cenário nacional após a premiação, que ocorreu exatamente um ano após ele ter vendido sua Colônia particular ao Império brasileiro, em 1860.

São inúmeros os motivos que podem ter levado a transação da Colônia Blumenau, primeiramente, sabe-se que os dez anos iniciais foram marcados por dificuldades financeiras, igualmente houve uma ausência de políticas imperiais no sentido de dar sustentabilidade aos projetos de colonização. E por fim, essa transação ocorreu beneficiando ambos os lados do contrato: Hermann Blumenau e o governo brasileiro. O primeiro artigo do Termo de Cessão definia: “Dr. Blumenau entrega ao Governo Imperial todas as terras que possui no Rio Itajaí cuja área para os efeitos somente de maior clareza se avalia em 20 léguas quadradas, mais ou menos [...]” (COLÔNIA IMPERIAL BLUMENAU – Repartição Geral das Terras Públicas, 1860, p. 01). Já o segundo artigo definia os valores da transação “o Governo Imperial recebe as ditas terras no valor de R\$ 120.000.000 dos que deduzidos R\$ 85.000.000, de que é credor [...]” (COLÔNIA IMPERIAL BLUMENAU – Repartição Geral das Terras Públicas, 1860, p. 01). Hermann Blumenau devia ao Império praticamente três quartos do valor total em que foi avaliada a Colônia.

A situação da colônia – já em 1857 – era definida como insustentável e Hermann Blumenau enfatiza em seu relatório que o desejo da “plebe” do Brasil era que “[...] o Governo Imperial demais a mais deve tomar a colonização na sua própria mão e sob sua imediata e vigorosa proteção, quando quiser que ela progrida e prospere.” (RELATÓRIO COLÔNIA IMPERIAL BLUMENAU 1857,1958, p.211). Nas entrelinhas Hermann Blumenau expressa muito mais do que apenas vontade de que sua colônia progrida, com a transação para o Império, sua dívida de R\$ 85.000.000 contraída com o governo por causa da administração colonial seria quitada no negócio. Ainda mais favorável foi o fato dele ter se tornado diretor da Colônia Imperial Blumenau, tornando-se, a partir de então, funcionário do governo imperial.

Assim, o prêmio concedido ao diretor Hermann Blumenau na Exposição nacional de 1861 foi conveniente aos planos imperiais, que visavam alavancar a jovem

colônia. Conforme o quinto artigo do Termo de Cessão, as partes concordam que “o Governo toma a si a colônia Blumenau, e lhe dará o desenvolvimento, que julgar conveniente e pela maneira que mais acertado julgar [...]” (COLÔNIA IMPERIAL BLUMENAU – Repartição Geral das Terras Públicas, 1860, p. 01). Desta maneira, o recém-investimento do Império ganhava destaque em plena capital brasileira, justificando a aquisição imperial, além de representar uma sociedade cuja população diferia daquela que era encontrada na capital brasileira, pois na Colônia Blumenau era o estrangeiro - branco e europeu - que configurava a maioria populacional, já no Rio de Janeiro os escravos compunham majoritariamente a população. Mas esta não era a representação do Brasil que se pretendia levar a uma exposição no Velho Mundo, e sim de que no Brasil havia brancos.

O Império criava um Brasil através de representações da nação. Representações aqui compreendidas pela concepção da História cultural, que as concebe como construções do homem sobre a realidade e sobre o mundo, e que se tornam “[...] matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real” (PESAVENTO, 2005, p.39). A construção da representação de progresso no Brasil ganha coesão com uma realidade manipulada pelo Império, afinal as representações “[...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990. p. 17). Assim, a imagem construída do Imperador, que maquilava o espetáculo do progresso no Império brasileiro, estava de acordo com a política monárquica, ou melhor, era a sua própria intenção.

Em concordância à conjuntura política o Brasil se preparava para estreitar na Exposição Universal, em 1862, realizada em Londres, no berço da industrialização mundial. Nesta primeira participação o Brasil expôs “café, chá, erva-mate, guaraná, arroz, borracha, tabaco, madeira, fibras vegetais, abelhas, algodão e feno. Alguns produtos de nossa indústria também foram apresentados [...] mas não despertaram atenção” (SCHWARCZ, 1998, p. 394-395).

Em 1867, houve a Exposição Universal em Paris, e a mesma contou com a presença de Hermann Blumenau, que havia viajado para Alemanha dois anos antes, com o intuito de se casar com Bertha Repsold, permanecendo por lá até o ano de 1869. Exatamente neste entremeio aconteceu a IV Exposição Universal na França.

Através de uma correspondência oficial de 1869, Hermann Blumenau – funcionário imperial – escrevia para o Império solicitando ajuda de custo para cobrir despesas em sua viagem para a Alemanha, igualmente nesta correspondência constata-se a informação de que Hermann Blumenau participou da Exposição francesa por ordem imperial. “O Dr. H. Blumenau, diretor da Colônia Blumenau, [...] por aviso do Ministério da Agricultura de 11 de dezembro de 1868, foi incumbido de prestar seus serviços em comissão especial e bem da emigração para o Império [...]” (BLUMENAU, 1869, p. 01). O documento menciona ainda seu esforço em investir “[...] tanto em Portugal como na França e na Alemanha quase todo o seu tempo para promover os interesses da Colonização e Imigração Geral, e especialmente para a Colônia a seu cargo [...]” (BLUMENAU, 1869, p. 01). Ainda com relação à presença do diretor da Colônia Blumenau cabe a seguinte informação encontrada no livro em comemoração aos 100 anos de Blumenau:

O Dr. Blumenau, que se encontrava na Europa, orientou a organização das mostras de produtos da colônia, de dados estatísticos em quadros bem elaborados, que serviram, ao mesmo tempo, que de atestados da pujança da colônia e da atividade de seus habitantes, de um veículo de propaganda inteligente e eficiente. (s.a., 1950. p. 22).

Apesar desta referência acima ter validade na história de Blumenau, é preciso observá-la com precaução, afinal a elaboração da obra do Centenário de Blumenau se deu devido à comemoração ao aniversário de cem anos da cidade de Blumenau, logo, foi concebida para legitimar, em uma celebração do presente, um passado glorioso. Este documento “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1992. p. 547-548). Neste caso, em Blumenau a intenção de impor representações se dá voluntariamente, pois está de acordo com o esforço comemorativo que a sociedade quer estabelecer em alusão ao seu centenário. Isto também é perceptível quando a obra do centenário referencia os quadros estatísticos da colônia elaborados geralmente por Dr. Blumenau, que são ditos “bem elaborados”, além de serem “atestados da pujança da colônia”, adjetivação que interliga a história da Colônia Blumenau com riqueza, capacidade produtiva e desenvolvimento em ascensão. Portanto, cabe um olhar criterioso sobre esta construção positivada da participação da Colônia Blumenau na mostra. Mas não cabe discordar da obra do Centenário no que se refere à participação de

Blumenau em um evento de tal porte, que era “um veículo de propaganda inteligente e eficiente” para atrair a imigração.

Ressaltar a recém-criada feição branca do Brasil fazia parte de um processo de luta de representações, que se explica por “[...] mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990. p. 17) perante os outros, perante o mundo. Desta vez os mecanismos criados pelo Brasil Império parecem ter sido bem sucedidos, pois a Colônia Blumenau ganhou o destaque desejado conforme os interesses monárquicos, ou seja, a colônia foi selecionada para receber uma premiação do evento.

O regulamento do júri da Exposição [...] diz literalmente: ‘Institui-se uma classe especial de prêmios para pessoas ou fundações ou povoados, que, pela organização geral ou por meio de instituições adequadas, contribuem para o bom relacionamento entre todos e o bem-estar dos trabalhadores [...]. Estas recompensas compreendem dez prêmios, num total de 100.000 francos e vinte menções honrosas’.[...]Um folheto comemorativo, apresentado ao júri, descrevendo a colônia Blumenau desde a fundação, documentando o seu progresso, a situação atual com todos os pormenores, fez com que a colônia Blumenau, por assim dizer como representante de todas as colônias do Brasil, recebesse o prêmio. É este o verdadeiro sentido da distinção outorgada à Colônia Blumenau – prêmio que não pertence apenas a nossa Colônia, mas constitui um reconhecimento honroso a toda a colonização do Brasil e contribuirá decisivamente para a eliminação, na Europa, de certas prevenções contra a colonização brasileira. (Excertos do Jornal Kolonie-Zeitung, 1867, p.328-329).

A afirmação final encontrada no Jornal Kolonie-Zeitung ressaltou a importância desse prêmio não só para Blumenau, mas para a “colonização no Brasil” e também a influência da mesma na Europa, era a divulgação da propaganda de um Brasil “em franco e contínuo progresso”, o que melhorava a imagem brasileira no exterior, que sofria com a contrapropaganda que existia acerca do Brasil com relação à imigração, como por exemplo, a Prússia que chegou a proibir, em 1856, a imigração para o país.

Por meio de um folheto sobre Blumenau de caráter comemorativo, logo, enaltecendo, que a colônia brasileira foi premiada na exposição francesa. Tal documento, escrito pelo próprio diretor da colônia, foi o legitimador de uma história positivada de Blumenau, pois afirmava ali o fabuloso progresso que a mesma estava trilhando. Uma tendência de representação progressista da Colônia Blumenau que entrava em total acordo com os interesses do Império de “documentar o progresso” local.

A produção que Hermann Blumenau geralmente divulgava apresentava dados bastante favoráveis quanto ao cultivo, à produtividade agrícola e ao desenvolvimento da Colônia, nos manuais sobre imigração há relatos de que “[...] a cana-de-açúcar desenvolvia-se com exuberância e vigor como em nenhum outro lugar da Província” (BLUMENAU, 2002, p. 28), ou ainda “[...] alguns milhares de pés de café cresciam vigorosamente e o grão colhido pelos antigos moradores das margens do Itajaí foi equiparado, por especialistas, como sendo equivalente ao melhor café do Rio” (BLUMENAU, 2002, p. 28).

Essas e outras afirmações nos escritos do diretor da Colônia podem ser problematizadas ao se pensar nos objetivos pretendidos com a produção deles. A principal intenção era, de fato, conferir prestígio a uma colônia que há menos de uma década se encontrava sob a administração imperial, e fazer dela um elemento de representação para todo o Brasil, excluindo sujeitos como os escravos ou mestiços, que também constituíam a população brasileira. Isto está de acordo com os mecanismos envolvidos nas representações construídas, pois todas as representações estão inseridas em “[...] processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão” (PESAVENTO, 2005, p.40). Exclusão aqui dos indivíduos não brancos, que apesar de numerosos no país, eram suprimidos da representação de sociedade brasileira devido aos preceitos raciais da época.

Como a mão-de-obra escrava não entrava nas representações que o Brasil pretendia repercutir lá fora, era mais adequado apresentar artigos manufaturados nas Exposições Universais, tais como sombrinhas, chapéus, instrumentos óticos, calçados e outros, que - segundo o *Jornal Kolonie-Zeitung* - não tinham pertinência ao contexto europeu, pois

*Teria sido mais indicado se o Brasil não tivesse enviado tais artigos, pois por melhores que sejam, os seus preços elevados os excluem dos mercados europeus e por mais oportuna que a sua presença tenha sido na Exposição do Rio de Janeiro, na Exposição Mundial de Paris eles estão fora de propósito. Ninguém na Europa se lembrará de mandar importar tais artigos da Bahia ou do Rio de Janeiro. (Excertos do *Jornal Kolonie-Zeitung*, 1867a, p. 175).*

A notícia, ao declarar que o Brasil não será lembrado no momento em que os europeus resolverem comprar algum artefato deste tipo, traz à tona a concepção do Brasil da época, que dificilmente estava relacionada ao progresso ou a industrialização. Além disto, os preços elevados são indicativos da falta de industrialização na produção

manufatureira brasileira, que facilmente era desbancada por produtos de outras nações. Assim, nota-se o ponto de vista do estrangeiro ao pensar no Brasil, e era exatamente esta opinião negativa que o Brasil tentava modificar. E, aparentemente, consegue, pois apesar da conjuntura inviável para um Brasil industrializado, o mesmo será premiado, em 1867, através da Colônia Blumenau, que foi considerada em franco progresso e desenvolvimento.

Segundo a obra *Centenário de Blumenau* “o júri supremo conferiu à colônia de Blumenau um dos 12 grandes prêmios: Diploma de honra, medalha de ouro e 10.000 francos em dinheiro, que não foram recebidos senão anos mais tarde” (s.a., 1950, p.22). Realmente a recompensa tardou a chegar até a Colônia, pois em 1869, foi publicado no jornal *Kolonie-Zeitung* como se daria o pagamento do valor de 10.000 francos para a colônia:

O Ministério da Agricultura incumbiu o Ministério das Finanças de enviar a soma de 9.000 francos a Blumenau, por intermédio da Presidência de Santa Catarina. Esta importância servirá para a construção de um edifício escolar em Blumenau. Os restantes 1.000 francos foram substituídos por uma grande medalha de ouro, que ficará depositada no Museu Nacional. (Excertos do Jornal Kolonie-Zeitung, 1869, p. 219)

O pagamento do prêmio tardou a acontecer, Hermann Blumenau em novembro de 1871 reforçava seu pedido para o pagamento, “[...] visto que o produto dos 9000 francos á tanto não chega.” (BLUMENAU, 1871, p. 02). A vagarosidade com que o Império brasileiro tratava a entrega da premiação, que era tão relevante para a sua comunidade de destino, demonstra certo descaso com os imigrantes que já se encontravam no Brasil ou a própria lentidão que as medidas burocráticas levavam dentro do país. Apesar da morosidade em certos setores públicos do governo brasileiro, havia por outro lado, toda a pompa imperial, porque após a significativa participação de Hermann Blumenau em Paris, o Império brasileiro enviou uma correspondência a ele que dizia:

Eu o Imperador [...] querendo dar-vos um público testemunho de minha imperial consideração pelos serviços que prestastes à Comissão Brasileira junto à Exposição Universal de Paris no ano de 1867 hei por bem nomear-vos Comendador da Ordem da Rosa. (Brasil IMPÉRIO, D. PEDRO II, 1868)

A concessão do título pelo Imperador Pedro II ao diretor da Colônia Blumenau, Hermann Blumenau - que a partir de então recebia o grau de Comendador na Ordem da

Rosa - acontecia em função dos serviços prestados por ele ao Império. Mas, ao mesmo tempo, a ordenação é uma forma de perceber como a Colônia Blumenau e o seu diretor eram bem vistos pelo Império brasileiro. Uma colônia exemplar, um modelo a ser seguido no país, uma população branca dominante que fora premiada em uma Exposição Universal perante outras sociedades oitocentistas da época, essas e outras representações de Blumenau era uma conquista que o Império Brasileiro – pautado no positivismo e no racismo da época – se orgulhava.

Todavia, a realidade encontrada na Colônia Blumenau que foi relatada por cidadãos comuns demonstrava as dificuldades vividas ali. São relatos de pessoas que não tinham o compromisso de gerar uma impressão favorável da Colônia Blumenau para garantir uma imigração espontânea e, por isso, apresentam um conteúdo divergente do material usado para a divulgação da Colônia no exterior, como é o caso do depoimento de Augusto Sievert do ano de 1875, momento em que ele chegava a Colônia.

Quando os que vieram a pé chegaram na entrada de Blumenau [...], vendo algumas casas se informaram na casa do Sr. Hartmann, um casal idoso, se era ainda distante até chegar a cidade de Blumenau. Respondendo o Sr. Hartmann que já se achariam dentro da cidade! Ficaram muito surpreendidos, pois pelas conversas na Alemanha julgaram Blumenau uma cidade mais ou menos grande. (SIEVERT, 1960, p. 01)

A partir dos relatos dos habitantes do espaço colonial de Blumenau, as representações que afirmam o caráter desenvolvimentista da colônia passam a ser contrapostas. Nas palavras do Sr. Sievert, a Colônia Blumenau estava longe de ser uma “cidade mais ou menos grande” como muitos acreditavam.

Apesar de na década de 1870 a colônia ser composta por escolas, cadeia, igrejas, entre outras edificações, é preciso levar em conta sua grande extensão territorial, o que não permite resumir a construção de representações sobre o passado colonial apenas relacionando-as ao núcleo urbano, o chamado “Stadtplatz” que ali existia. De tal modo, no ano de 1879, o diretor da Colônia – Hermann Blumenau – escrevia ao Presidente da Província Antonio de Almeida Oliveira sobre uma ocorrência fatal no novo Distrito da Itoupava:

Cabe-me o triste dever participar á V. E.^a que mais uma vez – o segundo de tais casos de cerca de dois meses! – um infeliz imigrado, Cornelius Murphy, islandês, foi atacado por uma onça, tendo sido miseravelmente ferido, e

perdido muito sangue, faleceu pouco depois de sua entrada no Hospital e ficou ontem inumado. (BLUMENAU, 1879, p. 01)

Mesmo após vinte e nove anos de existência da Colônia Blumenau, ainda estava em formação um novo distrito, o da Itoupava, o que significava trabalhar na abertura de novos caminhos e lotes de terra na mata adentro. Isso acarretava em um contato maior com animais locais da floresta nativa, podendo levar a morte de colonos, como é o caso de Cornelius Murphy que faleceu devido ao ataque de uma onça, fazendo-nos perceber que “a vida cotidiana dos primeiros imigrantes também revela sua relação com a natureza e a mata virgem” (FERREIRA; KOEPEL, 2008, p. 94), ou melhor, que a vida dos imigrantes, e não somente dos primeiros, era baseada na relação com a floresta. Todavia, cabe ressaltar que não era somente a colônia Blumenau um espaço rural e sim uma característica brasileira do período, predicado este que o Brasil carrega até hoje: um país de extensa flora.

Apesar da realidade vivida no país, as Exposições Universais marcaram o passado colonial de Blumenau assim como a história de muitas sociedades oitocentistas. Para as potências europeias era um local onde as mesmas poderiam demonstrar sua superioridade perante as outras, afinal a Revolução Industrial despertou uma era de competição. Além da participação das nações do Velho Mundo, outras nações em desenvolvimento na época também se faziam presentes da maneira que podiam, e ali apresentavam ao mundo seus destaques nacionais. Nestas exposições se “[...] expunham didaticamente o avanço de uns e o atraso de outros; a tecnologia na mão de alguns, o exotismo como um privilégio de outros” (SCHWARCZ, 1998, p.398). O Brasil geralmente estava associado ao exotismo, destacado pelos seus produtos artesanais, agrícolas e principalmente pelas excentricidades, mas a intenção do Império, assim como da Colônia Blumenau, era a divulgação de uma terra promissora e como um espaço aberto para o imigrante e, conseqüentemente, para a força de trabalho do mesmo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Exposições Universais foram oportunas possibilidades do Império brasileiro se apresentar e representar no exterior, não a fim de mostrar seu lado agrícola ou escravocrata. Através deste evento o Brasil optou por representar-se aberto à entrada de imigrantes europeus e a caminho do progresso. Favorável a esta representação brasileira houve a premiação em 1867 na Exposição em Paris, na qual a Colônia Blumenau foi

premiada devido ao “vigoroso desenvolvimento”. No entanto, a premiação foi conquistada por meio de um folheto que o próprio Hermann Blumenau havia elaborado, sendo ele funcionário imperial e diretor da Colônia. Além disto, a imagem representativa que a Colônia Blumenau expôs na França era uma tentativa de dar mais consistência a um Brasil distinto da realidade, pois ao pesquisar as exposições nacionais e verificar quais produtos geralmente estavam presentes – tabaco, madeira, algodão, açúcar, milho, mel entre outros, ou ainda ao recorrer aos relatos de imigrantes nesta época, tem-se uma ideia mais próxima de uma imagem agrícola do Império brasileiro.

No entanto, as representações criadas pelo Império sobre si mesmo, ao mesmo tempo, as representações criadas sobre a Colônia Blumenau, são elementos construídos, pensados com um propósito, que não estão obrigatoriamente vinculados à verdade, mas que pode gerar uma legitimação daquilo que foi construído. A história da Colônia Blumenau ainda é marcada por esta afirmação de desenvolvimento, porque esta representação foi legitimada pela sociedade blumenauense ao longo do tempo, foi construção socialmente aceita na cultura local, mas é preciso levar em consideração que a cultura também é construída e reconstruída pelo homem, e refleti-la faz parte do ofício do historiador.

REFERÊNCIAS

BLUMENAU, H., Correspondência nº 101 de Hermann Blumenau em nome da Diretoria de Colônia para Antonio de Almeida Oliveira, Presidente da Província. Fundo: Memória da Cidade – Colônia Blumenau – Documentos avulsos, v. 3, 12/11/1879. Acervo: AHJFS – Blumenau/SC.

BLUMENAU, H., Ofício da Colônia Blumenau para o Governo Imperial. Fundo: Colonização, P0 2.34, Doc. 346, Nov/1869. Acervo: AHJFS – Blumenau, SC.

BLUMENAU, H., Ofício da Diretoria da Colônia Blumenau para Coronel Carlos Vieira da Costa, Secretário do Governo. Fundo: Memória da Cidade – Colônia Blumenau – Documentos avulsos, v. 2, 13/04/1878. Acervo: AHJFS – Blumenau/SC.

BLUMENAU, H., Ofício nº 30 de Hermann Blumenau em nome da Diretoria de Colônia para Joaquim Bandeira de Gouvêa, Presidente da Província. Fundo: Memória da Cidade – Colônia Blumenau – Documentos avulsos, v. 1, 06/11/1871. Acervo: AHJFS – Blumenau/SC.

BLUMENAU, H., Projeto de Colonização apresentado a Assembleia Provincial. Fundo: Colonização, P0 02, Doc. 06, 16/03/1848. Acervo: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - AHJFS – Blumenau/SC.

BLUMENAU, H.; FERREIRA, C. (org.); SCHÜNKE, A. M. (tradução). **A Colônia Alemã Blumenau**: na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil = Deutsche Blumenau in der Provinz Santa Catarina in Süd-Brasilien. Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto 150 anos, 2002.

BRASIL IMPÉRIO, Título de Comendador da Ordem da Rosa concedido a Hermann Blumenau pelo Imperador D. Pedro II. Fundo: Colonização, P0 2.32, Doc. 329, 16/05/1868. Acervo: AHJFS – Blumenau/SC.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990.

COLÔNIA IMPERIAL BLUMENAU, Repartição Geral das Terras Públicas, Termo de cessão da Colônia Blumenau ao Império Brasileiro. Fundo: Colonização, P0 2.13, Doc. 134, 13/01/1860. Acervo: AHJFS – Blumenau/SC.

DEEKE, J. **O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995.

Excertos do Jornal Kolonie-Zeitung, notícia de 03 de agosto de 1867. **Revista Blumenau em cadernos**, Blumenau, Tomo XX, n.11/12, p. 328-329, novembro/dezembro, 1979.

Excertos do Jornal Kolonie-Zeitung, notícia de 09 de novembro de 1867a. **Revista Blumenau em cadernos**, Blumenau, Tomo XXI, n. 6, p. 175-176, junho. 1980.

Excertos do Jornal Kolonie-Zeitung, notícia de 28 de maio de 1869. **Revista Blumenau em cadernos**, Blumenau, Tomo XXII, n. 7, p. 219, julho. 1981.

EXPOSIÇÃO NACIONAL DO BRASIL IMPÉRIO, Certificado da Exposição Nacional do Brasil conferido a Dr. Hermann Blumenau. Fundo: Colonização, P0 2.17, Doc. 117, 14/03/1862. Acervo: AHJFS – Blumenau/SC.

FERREIRA, C.; KOEPEL, D. F. **Representações da cidade**: discussões sobre a história de Timbó. Blumenau: Edifurb; Timbó: Fundação Cultural, 2008.

FROTSCHER, M. **Etnicidade e trabalho alemão**: outros usos e outros produtos do labor humano. 1998, 191f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

HOBBSAWM, E .J. **A Era das Revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KLUG, J.; SANTOS, M. P. R. T. dos, Associações agrícolas e Exposições Coloniais em Santa Catarina. **Revista Blumenau em cadernos**, Blumenau, Tomo XLIV, n. 9/10, p. 87-103, setembro/ outubro. 2003.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 2 ed. Campinas; São Paulo: UNICAMP, 1992.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RELATÓRIO COLÔNIA IMPERIAL BLUMENAU 1857. . **Revista Blumenau em cadernos**, Blumenau, Tomo I, n. 11, p. 210-212, novembro 1958.

s.a. **CENTENÁRIO DE BLUMENAU: 1850** - 2 de setembro - 1950. Blumenau: [s.n.], 1950.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIEVERT, A. Fundo: Memória da Cidade, Coleção: Família, 3.S. 29, Doc. 04, 14/01/1960. Acervo: AHJFS – Blumenau/SC.